



Nesta edição:

- Cresce participação do agro nas exportações
- Os desafios com a eleição de Trump
- Acordo entre União Europeia e Canadá
- Exportar com isenção de tarifa

Edição 30 - Novembro de 2016

Os embargos russos e a agropecuária brasileira

Nos últimos anos, a Rússia ocupou parte considerável dos noticiários internacionais devido à sua participação na Guerra Civil da Síria e à anexação da península da Crimeia. Foi principalmente na esteira desse último evento que o país euroasiático tomou uma importante decisão ligada ao agronegócio: proibiu as importações de alguns produtos do setor originários da União Europeia, Estados Unidos e de outros países. Passados dois anos, é interessante analisar como as sanções russas afetaram o comércio brasileiro.

As restrições ocorreram em virtude de conflitos geopolíticos. Logo após a anexação da Crimeia pela Rússia e o abate de um avião civil de passageiros no leste da Ucrânia, a União Europeia lançou uma rodada de sanções contra setores econômicos russos. Essas medidas dificultaram o acesso russo ao mercado financeiro europeu e miraram os segmentos de petróleo, assistência militar e tecnologia avançada. Países como Estados Unidos, Austrália, Canadá e Noruega também aplicaram sanções contra indivíduos ligados ao governo de Vladimir Putin, bloqueando seus bens.

Em poucos dias, a Rússia respondeu a essas sanções anunciando, no dia 7 de agosto de 2014, a proibição imediata da importação de frutas, vegetais, carnes, peixes e lácteos do bloco europeu e dos outros quatro países. Segundo as autoridades russas, aqueles países não respeitavam a autodeterminação do povo da Crimeia. Inicialmente planejadas para durar um ano, essas medidas foram ampliadas para abarcar também mercadorias originárias de Albânia, Montenegro, Islândia e Liechtenstein, e devem durar, pelo menos, até o final de 2017. Essa decisão somou-se a um

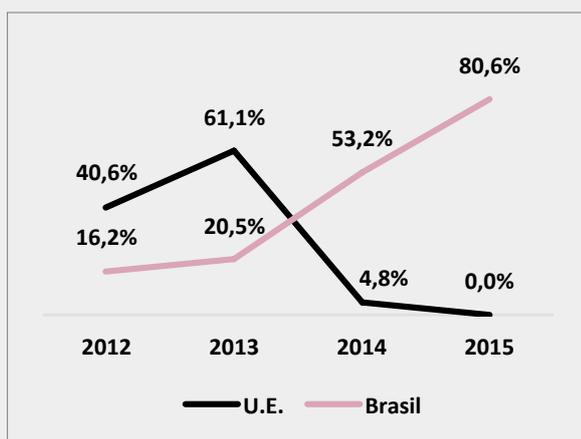
embargo à carne suína europeia, em vigor desde janeiro de 2014, em razão dos casos de Peste Suína Africana Temporariamente, a Rússia proibiu, ainda, as importações de vegetais e carnes de aves turcas, de novembro de 2015 a junho de 2016.

Os embargos geraram benefícios diretos para produtores de diversos países. Além dos agricultores e pecuaristas russos, que ganharam com a redução da concorrência no mercado doméstico, Belarus ganhou 23% das importações de leite, enquanto a Nova Zelândia teve algum espaço para ampliar suas exportações de queijo.

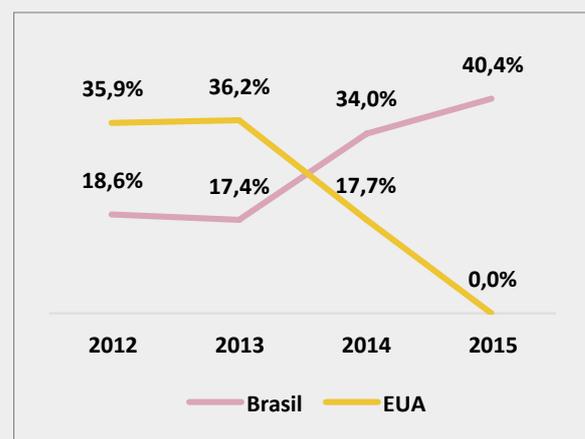
Efeitos para o Brasil

Para o Brasil, os benefícios concentraram-se em cinco mercadorias. No caso de carne suína fresca, refrigerada ou congelada, a participação brasileira no mercado importador russo chegou a 80,6% em 2015, frente aos 20,5% de 2013. Já para carne de frango fresca, refrigerada ou congelada, a participação naquele mercado cresceu de 17,4%, em 2013, para 40,4% em 2015. Para toucinho e gorduras de porcos e aves, o Brasil passou a ocupar 15,4% das importações totais da Rússia em 2015, enquanto não vendia quantidade relevante desse produto desde 2007. Já no caso de miudezas animais frescas ou refrigeradas, a participação cresceu de 0,11%, em 2013, para 13% no ano passado. Finalmente, no caso de maçãs e peras, o Brasil passou de 0,03% do mercado russo, há três anos, para 5,2%, em 2015. Simultaneamente, a União Europeia e os Estados Unidos perderam toda a sua participação no mercado russo, com exceção de miudezas animais.

Participação no mercado russo de carne suína



Participação no mercado russo de carne de frango



Esses resultados são positivos para o agronegócio brasileiro, mas escondem dois cenários: o enfraquecimento das compras internacionais russas e a resposta de produtores europeus e norte-americanos.

Em primeiro lugar, o crescimento da participação brasileira no mercado importador russo ocorre em meio a uma crise econômica naquele país, causada principalmente pela redução dos preços internacionais de petróleo e gás natural. Por isso, a Rússia reduziu seu consumo de bens importados. Em alguns casos, o crescimento da participação brasileira compensou essa situação. É o caso da carne suína, cujas vendas à Rússia cresceram US\$ 330 milhões entre 2013 e 2015 e, apesar da retração no primeiro semestre de 2016, tendem a seguir superiores ao patamar de três anos atrás. Carnes de aves, por sua vez, são exemplo da situação contrária: apesar do crescimento da participação no mercado russo, os embarques recuaram, em valor, US\$ 980 mil entre 2013 e 2015 e devem sofrer outra redução em 2016.

O segundo fator que deve ser analisado é a reação internacional dos produtores da UE e dos EUA. Aliados do mercado russo, os produtores europeus agiram junto à Comissão Europeia para receber compensação e, ainda, modificaram os mercados de destino de seus produtos. No caso da carne suína, por exemplo, esses pecuaristas ampliaram suas vendas para a China em US\$ 441,5 milhões e para a Coreia do Sul em US\$ 201,9 milhões, dificultando a entrada do produto brasileiro. No caso da carne de frango, os Estados Unidos passaram de 17,1% do mercado de Hong Kong, em 2013, para 32,1% das importações daquele mercado em 2015. No mesmo período, o Brasil caiu de 40,2% para

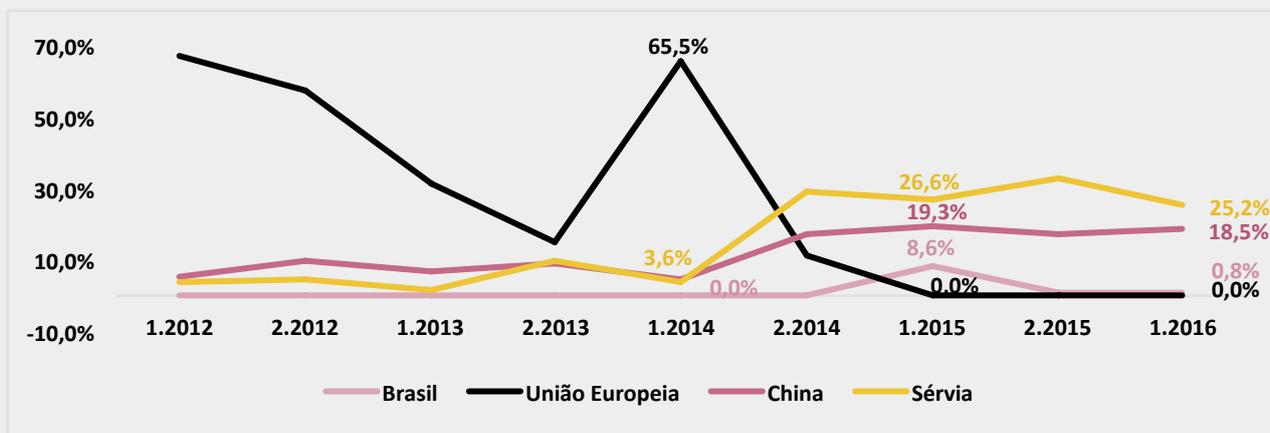
29,2% das importações locais. Os embargos russos prejudicaram, portanto, as exportações brasileiras a outros mercados asiáticos.

Essa situação gera três perspectivas para a agropecuária brasileira. Em primeiro lugar, o uso de barreiras à importação de produtos agropecuários provenientes da União Europeia e dos Estados Unidos protege os produtores russos de parte da concorrência internacional. Essa situação pode, a depender da duração dos embargos, ampliar a produção local de algumas mercadorias. Já há relatos na imprensa internacional de que produtores locais de carnes de peru e patos, por exemplo, foram beneficiados com a redução das importações e o encarecimento de carne vermelha. No médio ou longo prazo, é possível que os embargos russos fortaleçam nichos da agropecuária local.

Uma segunda perspectiva negativa diz respeito à duração dos embargos: quando chegarem ao fim, produtores europeus e norte-americanos voltarão a ter acesso ao mercado russo. Naquele momento, é possível que as exportações brasileiras para a Rússia sofram maior concorrência e percam fatias do mercado. De fato, a disputa com outros produtores, como China e Sérvia, já impactou as exportações brasileiras de maçãs para a Rússia. Nos oito primeiros meses de 2016, as compras locais de maçãs e peras de todo o mundo caíram, em volume, 23,5% na comparação com o acumulado janeiro-agosto de 2015. As importações de maçãs e peras brasileiras caíram 89,4%, por causa do crescimento das exportações chinesas (60,2%) e sérvias (76,5%). É importante citar, todavia, que mesmo com a queda em relação ao ano passado, as exportações nacionais para a Rússia já chegaram a US\$ 2,4 milhões em 2016, o segundo melhor resultado desde 2001.

Participação no mercado russo de maçãs e peras

(Semestral; em valores)



Fonte: TradeMap/ITC | Elaboração: SRI/CNA

A situação “agridoce” das exportações de maçãs exemplifica também uma terceira perspectiva, agora positiva, acerca dos embargos: foi ampliado o contato entre o produtor brasileiro e o consumidor russo. Com as proibições à importação de outros países, a qualidade da mercadoria brasileira pôde ser conhecida pelo público russo, e os exportadores nacionais contataram grandes consumidores, como redes de supermercado locais. Com a melhora da situação econômica daquele país, a Rússia ampliará suas importações de alimentos, o exportador brasileiro

terá maior capacidade de negociar suas vendas em comparação com o período pré-embargo. Desta forma, mesmo que haja mais concorrência com produtores externos, especialmente após o fim dos embargos, é possível que o Brasil siga vendendo mais para a Rússia. Nesse sentido, o embargo parece ter sido uma boa oportunidade para ampliar a posição do país como fornecedor de alimentos para o público russo, e beneficia tanto a população local quanto o produtor brasileiro.

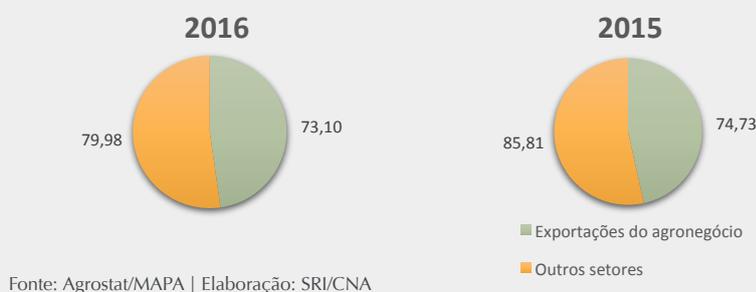
Participação do agronegócio nas exportações cresce em 2016

1 Saldo da balança comercial de 2016 é de US\$ 32 bilhões

Nos primeiros dez meses de 2016, o Brasil exportou US\$ 153,08 bilhões e importou US\$ 114,56 bilhões, o que gerou superávit de US\$ 38,52 bilhões na balança comercial do país. As exportações brasileiras foram 4,6% inferiores (US\$ 7,46 bilhões) ao desempenho apresentado no mesmo período de 2015, assim como as importações, que recuaram 28% (diminuição de US\$ 33,73 bilhões). Devido à queda mais acentuada nas compras do que nas vendas externas, o saldo da balança foi mais de duas vezes superior a 2015.

O agronegócio manteve seu desempenho positivo e demonstrou importante participação no comércio exterior brasileiro em 2016. O setor participou de 48% das exportações e 10% das importações no período. Apesar da queda de US\$ 1,63 bilhão nas exportações, o setor brasileiro demonstrou evolução na sua participação das vendas em 1% em relação ao período anterior.

Exportações (US\$ bilhões)



2 Agronegócio apresenta superávit de US\$ 62 bilhões nos dez primeiros meses de 2016.

Com exportações de US\$ 73,10 bilhões e importações de US\$ 10,99 bilhões, entre janeiro e outubro, o agronegócio assegurou um superávit de US\$ 62 bilhões em 2016.

O setor que mais contribuiu para o resultado positivo na balança comercial foi o complexo soja, que acumulou US\$ 24 bilhões, saldo 2% inferior ao apresentado em 2015, justificado pelo

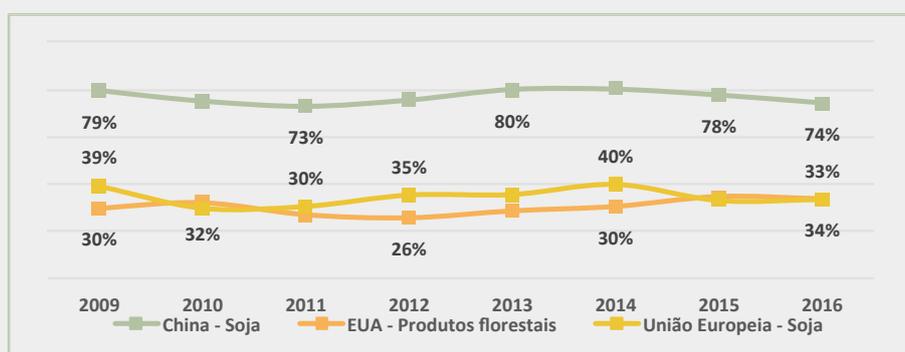
aumento das importações em US\$ 5,50 bilhões, enquanto as exportações foram reduzidas em US\$ 1,63 bilhão. O segundo setor que mais contribuiu para as exportações no ano foi o setor de carnes, com 16% das exportações e 4% das importações. Em relação a 2015, o setor diminuiu suas vendas em 3% e suas compras em 11%.

3 Principais destinos

Desde 2002, os três principais parceiros comerciais do setor são os mesmos: China, União Europeia e Estados Unidos. Vale notar que, durante os anos, a participação das mesmas cadeias nas exportações para esses países tem se mantido altas e constantes,

demonstrando a baixa diversificação. O complexo soja é o principal item exportado para China e União Europeia, enquanto o setor de produtos florestais domina a pauta de comércio do agronegócio brasileiro com os Estados Unidos.

Concentração dos setores nos principais parceiros comerciais



Eleição norte-americana e os desafios para o Brasil e o mundo

Na madrugada do dia 9 de novembro, a mídia mundial divulgou o resultado final das eleições para a presidência dos Estados Unidos, confirmando a vitória do candidato Donald Trump sobre sua principal oponente, Hillary Clinton.

A campanha de Donald Trump foi marcada por tom agressivo, duras críticas e promessas controversas. Entretanto, em seu discurso de vitória, o presidente eleito adotou tom conciliador, criando ainda mais incerteza sobre o que, de fato, deve-se esperar do próximo governo americano.

Os Estados Unidos são a maior economia e uma das principais forças políticas mundiais. Com importações de US\$ 2,3 trilhões, foi também o país que mais importou do mundo em 2015. Além disso, são um parceiro comercial vital para o Brasil, ocupando a terceira colocação entre os principais destinos das exportações brasileiras (atrás de China e União Europeia). Essa importância faz com que as decisões tomadas internamente tenham reflexo direto nos cenários econômicos brasileiro e mundial.

No curto prazo, os efeitos da eleição já podem ser sentidos. O incentivo ao protecionismo e as promessas de revitalização do enfraquecido setor manufatureiro estadunidense balançaram o mercado financeiro, afetando os preços das commodities e a cotação do dólar.

No Brasil, a taxa de câmbio sentiu essa volatilidade do mercado internacional. E o efeito Trump continuará a influenciar o Real. Antes da vitória, o mercado estimava que o câmbio fechasse 2016 em R\$ 3,20. A partir da definição do resultado das urnas, alguns analistas projetam que o dólar encerre o ano valendo R\$ 3,40. Em um primeiro momento, essa variação tende a impactar positivamente as receitas dos agroexportadores brasileiros. Entretanto, o mesmo efeito tende a impactar as compras de fertilizantes e insumos importados, mantendo altos os custos de produção em 2017.

Contudo, ainda é difícil prever os efeitos dessa vitória na economia brasileira e no comércio mundial no longo prazo. Ainda que, historicamente, o partido de Trump seja defensor do livre comércio, o candidato eleito prometeu adotar medidas protecionistas como a imposição de altos impostos de importação sobre produtos provenientes de países como México e China, este último o principal parceiro comercial dos EUA.

Anunciou também que irá rever os acordos dos quais os Estados Unidos fazem parte, como o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e o Acordo de Parceria Transpacífico (TPP), que envolve 12 países das Américas, Ásia e Oceania.

Se cumprir a promessa de retirar os Estados Unidos da TPP, a eleição de Trump pode, de fato, selar o destino do acordo. Como o acordo, atualmente, só pode entrar em vigor se todos os países envolvidos ratificarem, sua salvação pode significar uma renegociação por parte dos demais signatários. A parceria foi cuidadosamente negociada e ainda pode oferecer benefícios significativos para seus integrantes mesmo sem a participação os EUA. Para o Brasil, que compete diretamente no mercado internacional com alguns produtos do agronegócio americano, a ausência no acordo diminui alguns riscos imediatos de deslocamento das exportações.

Além do fechamento para o mercado internacional, outra medida promovida durante sua campanha que pode impactar o agronegócio brasileiro está relacionada à política agrícola dos Estados Unidos, conhecida como Farm Bill. Trump demonstrou interesse em diminuir os impostos rurais pagos pelos produtores e aumentar os subsídios oferecidos pelo governo.

A Farm Bill, que passou a valer a partir da safra 2014/2015 e tem vigência até a safra 2018/2019, é acompanhada com muita atenção pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Os Estados Unidos são grandes exportadores de produtos agrícolas e a sua política agrícola tende a gerar distorções no mercado internacional de produtos do setor, causando prejuízos ao produtor brasileiro.

O grau dos impactos da eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos dependerá de como a retórica de campanha efetivamente se traduzirá em políticas e em como os agentes econômicos em todo o mundo interpretarão as medidas adotadas por Trump.

Se adotadas, as medidas protecionistas podem desencadear uma guerra comercial global, que pode ter consequências para todos os países.

Nesse cenário, é imprescindível que o Brasil não fique parado. Embora o resultado da eleição americana traga volatilidade aos mercados financeiros, o que também impacta o Brasil, pois os fundamentos econômicos e políticos brasileiros serão cada vez mais importantes para definir o rumo da economia nacional.

Além disso, o fechamento dos Estados Unidos para o mundo pode abrir portas para maior inserção brasileira, principalmente em regiões como a Ásia, onde existem grandes oportunidades para produtos do agronegócio. Por isso, a negociação de novos acordos comerciais e a ampliação de acordos já fechados pelo Brasil deve estar entre as prioridades do governo.

☆☆☆ Espaço União Europeia ☆☆☆

Acordo entre União Europeia e Canadá aumentará padrões para o comércio global

O Acordo Integral em Comércio e Economia (CETA, sigla em inglês) é uma parceria entre os países da União Europeia e o Canadá. O CETA foi assinado no dia 30 de outubro e faz parte da nova geração de acordos que direcionam as tendências do comércio global na atualidade.

Além de estabelecer regras em questões como, segurança do alimento, direitos trabalhistas e sustentabilidade, o acordo prevê eliminação de 99% das tarifas no comércio entre o Canadá e países europeus. A conclusão do CETA retoma o questionamento sobre como as mudanças na integração comercial de parceiros estratégicos para o Brasil impactará as vendas externas de produtos agropecuários brasileiros e poderá causar perdas de mercado.



As negociações do CETA foram finalizadas em 2014, mas o seu processo de revisão e conclusão foi complicado. Em função da rejeição do texto do tratado pelo Parlamento de Valônia, uma das assembleias legislativas da Bélgica, houve atraso na sua assinatura. Posteriormente, a questão foi superada e o acordo agora segue para a ratificação dos seus membros.

O CETA é defendido pelos seus integrantes como propulsor da criação de empregos, em função do esperado aumento das exportações de bens e serviços e da atração de investimentos. O acordo é tratado pela Comissão Europeia – órgão executivo do bloco europeu – como o mais avançado de todos os tempos.

Um dos aspectos que levam a essa afirmação é que a maioria das tarifas no comércio bilateral será eliminada assim que o tratado entrar em vigor e, em sete anos, praticamente não haverá obrigações aduaneiras entre os dois parceiros.

Além disso, cria mecanismos de cooperação e monitoramento em temas bastante específicos, como é o caso da implementação de um Fórum de Coerência Regulatória, que trabalhará nas análises de conformidades de produtos das duas partes e combaterá barreiras técnicas ao comércio.

União Europeia e Canadá também avançaram na tratativa bilateral da disciplina de desenvolvimento sustentável, com o estabelecimento de uma ferramenta para que a sociedade civil dos seus membros monitore o tema dentro do acordo. Por intermédio desse instrumento, indivíduos e organizações não governamentais terão a capacidade de arbitrar questões ambientais, trabalhistas, entre outras, incluindo a realização de consultas com os governos e com painéis de especialistas no tema. Esse mecanismo muito provavelmente passará a ser exigido

em outros acordos, atualmente em negociação, entre canadenses, europeus e outros mercados.

No que diz respeito às exportações agropecuárias, o Canadá eliminará 90,9% das suas tarifas quando o CETA entrar em vigor, e um total de 91,7% em até sete anos. O restante dos produtos será ofertado por meio de cotas e outra parte será totalmente excluída do acordo, como é o caso de carnes de frango e peru e ovos e seus subprodutos. Já pelo lado europeu, 92,2% do complexo tarifário será eliminado com a efetivação do tratado, e 93,8% serão extintos em até sete anos.

Para produtos sensíveis europeus foram ofertadas cotas que diretamente afetam o comércio brasileiro com o bloco: os canadenses receberam 45.838 toneladas para carne bovina e 75.000 toneladas para carne suína. Ambos os produtos já possuíam acesso garantido de mais de 4.000 toneladas, acordadas previamente.

Foram também concedidas cotas para grãos como milho doce (8.000 toneladas) e trigo (100.000 toneladas). Por outro lado, a União Europeia espera ganhos importantes com o aumento das exportações de produtos processados para o Canadá, que com a supressão de quase todo o universo tarifário, consiste em uma das áreas de maior interesse dos exportadores europeus no acordo. Ainda, ambos os lados eliminarão completamente 100% das suas tarifas para pescados.

O interesse agroexportador do Brasil com União Europeia e Canadá, com exceção da soja, coincide com a pauta bilateral dos parceiros do CETA. O setor de carnes, devido as preferências concedidas pelo acordo, pode ser afetado pela concorrência com produtos canadenses, principalmente pelo fato da União Europeia não ter ofertado cota de carne bovina nas negociações do seu acordo com o Mercosul.

Em contrapartida, há uma intenção antiga de se iniciar tratativas de um acordo de livre comércio entre o bloco sul-americano e o Canadá. No entanto, além de assinar o CETA com a UE, o país norte-americano já possui diversos acordos, incluindo o NAFTA, com Estados Unidos e México, e acordos com diversos países da América Latina, como Chile e Colômbia. O Canadá também faz parte da recente assinada Parceria Transpacífico, composta por 12 economias (Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Cingapura, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru e Vietnã) que representam aproximadamente 37% do PIB mundial.

Não apenas o CETA, mas essa ampliação de acordos de importantes parceiros comerciais vai deixando cada vez menos espaço para os produtos do Brasil e dos seus parceiros do Mercosul no mercado internacional. A realidade pode ser mudada com a aceleração das negociações em andamento ou previstas para serem iniciadas.



Agro em foco

Argentina adia redução da tarifa de exportação da soja para 2018

No início de outubro, o presidente da Argentina, Mauricio Macri, estabeleceu um cronograma de redução para a tarifa de exportação do complexo soja. De janeiro de 2018 a dezembro de 2019, o governo argentino baixará a tarifa em 0,5 ponto percentual ao mês. De acordo com o ministro da Agroindústria, Ricardo Burayailo, ao final do período, a tarifa para o complexo soja chegará a 18%. A difícil situação econômica e das contas públicas do país foi a justificativa utilizada pelo governo para postergar a redução. Como compensação, foi criado um fundo especial para as economias regionais e as áreas mais afastadas dos portos (FONDAGRO).

Mercosul e União Europeia retomam negociações em março de 2017

De 10 e 14 de outubro, ocorreu em Bruxelas a primeira rodada de negociações do Acordo Mercosul-União Europeia após a troca de ofertas. A discussão ocorreu no âmbito do Comitê de Negociações Birregionais (CNB) e reuniu negociadores dos dois blocos. Com o intuito de reforçar o interesse do setor agropecuário na aprovação do acordo, a CNA acompanhou as negociações por meio de encontros com representantes do governo brasileiro na capital belga.

Na mesa de negociações, a Comissão Europeia ofereceu 91,5% de seu comércio, mas retirou as cotas de exportação para carne bovina e etanol. O Mercosul colocou na mesa 87% de acesso direto ao seu mercado sem tarifas. Os números mostram a necessidade de progredir em temas de acesso a mercado. No encontro, também foram discutidos textos e regras objeto da negociação. A próxima rodada de negociações ocorrerá em Buenos Aires, em março de 2017.

Alta de preços no maior fornecedor mundial de alho: a China

A China, que responde por mais de 80% das exportações mundiais de alho, tem sofrido com a alta de preços do alho no mercado doméstico. Nos últimos 12 meses, segundo o jornal Financial

Times, preço do produto mais que dobrou devido ao reduzido volume da safra atual – consequência do clima desfavorável nas regiões produtoras – e do baixo estoque disponível no país. Esses fatores já afetam as exportações do país, que caíram 12% nos sete primeiros meses de 2016. Mesmo com um direito antidumping aplicado sobre o alho fresco ou refrigerado chinês – tarifa específica de US\$ 0,78/kg – 50% dos US\$ 263,3 milhões importados em alho pelo Brasil em 2016 tiveram como origem o país asiático.

Deste modo, a alta do preço do maior fornecedor mundial do produto pode gerar uma oportunidade para o produtor brasileiro no mercado doméstico.

Como exportar com isenção de tarifa

Está disponível no site do Ministério das Relações Exteriores o “Guia do SGP EUA”. A publicação, elaborada pelas autoridades americanas, detalha as regras de funcionamento do programa e orienta o exportador brasileiro a melhor aproveitar os benefícios disponíveis. O SGP (Sistema Geral de Preferências) dos EUA é um programa que concede isenção tarifária a 3.278 produtos do Brasil. Na lista estão carnes, frutas, verduras, nozes, mandioca, grãos e mariscos. Para ter direito às isenções tarifárias do programa, o comprador do produto brasileiro deve ser orientado a preencher o formulário da aduana norte-americana e incluir o prefixo “A” antes da linha tarifária em HTS-8, de modo a informar que está importando produto beneficiado pelo SGP. Dúvidas sobre o SGP podem ser consultadas no Portal do Itamaraty.

Roberto Azevêdo busca 2º mandato na OMC

Em 2017, chegará ao fim o primeiro mandato do embaixador brasileiro e atual diretor geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo. No cargo desde 2013, o diplomata demonstrou interesse em um segundo mandato no comando da organização. Os membros da OMC têm até 31 de dezembro de 2016 para enviar outras indicações para o cargo. 

UMA PUBLICAÇÃO



Superintendência de Relações Internacionais

Lígia Dutra

Bárbara Lopes
Camila Nogueira Sande
Elizabeth Serpa
Gabriela Coser Rivaldo
Lara Vicente Teixeira

Layanne Alves Vasconcellos
Pedro Henrique de Souza Netto
Pedro Henriques Pereira
Thiago Masson
Thiago Viana

twitter.com/SistemaCNA 
facebook.com/SistemaCNA 
instagram.com/SistemaCNA 

www.cnabrasil.org.br
www.canaldoprodutor.tv.br